

Ler História

63 | 2012 :

A transição democrática portuguesa

Dossier: A transição democrática portuguesa: novos contributos historiográficos

O apoio da social-democracia alemã a democratização portuguesa (1974-1975)



Le soutien de la social-démocratie Allemand à la démocratisation au Portugal (1974-1975)

The support of the German social-democracy to the Portuguese democratization (1974-1975)

ANA MÓNICA FONSECA

p. 93-107

Resumos

Français English Português

Depuis les années 1960, la social-démocratie allemande, non seulement le Parti social-démocrate (SPD) mais aussi la Fondation Friedrich Ebert (FES), a cherché à développer une politique de soutien à la démocratisation du Portugal. Cette stratégie a été élaborée en deux niveaux parallèles. D'une part, le maintien de bonnes relations diplomatiques avec le régime portugais, d'autre part, surtout après avoir constaté que le *Marcelismo* ne conduirait pas à la libéralisation, le soutien politique – matériel et moral – à l'opposition socialiste à l'*Estado Novo*. La révolution du 25 Avril 1974 a accéléré cette politique de soutien à la démocratisation portugaise, profitant des contacts existants.

Since the late 1960s that the German social-democracy, not only the Social Democratic Party (SPD), but also the Friedrich Ebert Foundation (FES), sought to develop a policy towards the democratization of Portugal. We can say that this strategy was developed in two parallel levels. On the one hand, maintaining good diplomatic relations with the Portuguese regime; on the other hand, especially after finding that *Marcelismo* would not lead to political liberalization, through the support – political, material and moral – to the socialist opposition to the *Estado Novo*. The revolution of 25 April 1974 accelerated this German policy of supporting democratization Portuguese, benefiting from the existing contacts.

Desde o final da década de 1960 que a social-democracia alemã, não só o Partido Social-Democrata (SPD), mas também a Fundação Friedrich Ebert (FES), procurou desenvolver uma política orientada para a democratização de Portugal. Podemos dizer que essa estratégia foi desenvolvida em dois níveis paralelos. Por um lado, a manutenção de boas relações diplomáticas com o regime português; por outro lado, especialmente após a constatação de que o *Marcelismo* não iria conduzir a uma liberalização política, o apoio – político, material e

moral – à oposição socialista ao Estado Novo. A revolução de 25 de Abril de 1974 acelerou esta política alemã de apoio à democratização portuguesa, beneficiando dos contactos já existentes.

Entradas no índice

Mots-clés : démocratisation, social-démocratie allemande, parti socialiste, Mário Soares

Keywords : democratization, german social democracy, socialist party, Mário Soares

Palavras chaves : democratização, social-democracia alemã, partido socialista, Mário Soares

Texto integral

- Desde o final da década de 1960 que a social-democracia alemã, não só o Partido Social-Democrata (SPD), mas também a Fundação Friedrich Ebert (FES), procurou desenvolver uma política orientada para a democratização de Portugal. Podemos dizer que essa estratégia foi desenvolvida em dois níveis paralelos. Por um lado, a manutenção de boas relações diplomáticas com o regime português. A chegada ao poder de Marcelo Caetano, no final de 1968, contribuiu para que Bona acreditasse na promessa de liberalização de Caetano. Assim, o principal objetivo da República Federal da Alemanha (RFA) era evitar qualquer dano nas relações luso-alemãs, de forma a não ser um entrave nesse eventual processo. Porém, ao mesmo tempo que percebeu que o regime não se liberalizaria internamente, o SPD tornou-se cada vez mais interessado no grupo socialista português, liderado por Mário Soares. O Partido Social-Democrata alemão estava agora mais disponível para o apoio político à Ação Socialista Portuguesa. A revolução de 25 de abril de 1974 acelerou a política alemã de apoio à democratização portuguesa, beneficiando dos contactos já existentes.
- São vários os trabalhos que se debruçam acerca da transição portuguesa para a democracia, quer em Portugal quer internacionalmente. A maioria destes trabalhos mais recentes refere a importância do papel desempenhado pelos países ocidentais, com destaque para os Estados Unidos e a Alemanha Federal, englobando-os também no contexto alargado das transições da Europa do Sul (Portugal, Grécia e Espanha)¹. Nesse sentido, este artigo procura complementar os trabalhos já desenvolvidos, recorrendo a fontes primárias alemãs, nunca antes usadas pela historiografia portuguesa e pouco referidas nos trabalhos internacionais.

A Social-Democracia alemã e os últimos anos do Estado Novo

- Fortemente marcada pelo contexto de Guerra Fria, a política dos sucessivos governos da República Federal da Alemanha durante a década de 1960 para a Península Ibérica pautava-se pela prioridade à estabilidade política no extremo ocidental da Europa². A chegada ao poder do SPD, em 1969, manteve este pressuposto, procurando manter uma relação próxima quer com as autoridades espanholas, quer com o governo português, de modo a que houvesse uma ligação forte entre as elites dirigentes quando surgisse a oportunidade de uma liberalização dos seus regimes autoritários. Esta abordagem partia das mesmas premissas que a sua abordagem a Leste, a *Ostpolitik*³. Ou seja, tinha como base a ideia de que a melhor maneira para levar à liberalização dos regimes autoritários ibéricos era a sua aproximação à Europa, a um centro económico e político mais avançado e desenvolvido, e não pelo seu isolamento ou sequer pela destituição dos regimes autoritários de Portugal e Espanha. Paralelamente à *Ostpolitik* a Alemanha Federal desenvolveu igualmente uma *Westpolitik*, que implicava o reforço da sua ligação à

Europa, procurando, simultaneamente, tranquilizar os aliados ocidentais e reforçar a sua capacidade de atração para os países do outro lado da «cortina de ferro». De facto, na mente dos arquitetos da *Ostpolitik* estava a certeza de que esta não poderia ser bem-sucedida se não fosse acompanhada e apoiada pelos aliados ocidentais, o que levou a um reforço da política europeia e transatlântica da RFA⁴.

4 Dentro deste reforço da *Westpolitik* estavam igualmente as relações com os regimes autoritários da Península Ibérica. Apesar de algum refreamento nas relações militares, campo dominante na década de 1960, no que toca à cooperação económica e comercial, continuidade foi a palavra-chave, uma vez que era vista como importante para a manutenção de um contacto entre Portugal e a Europa. Aliás, a aproximação de Portugal à Europa Comunitária deveria ser explorada e intensificada para favorecer qualquer intenção de abertura política e para demonstrar que Portugal teria uma porta aberta na CEE, caso decidisse levar a cabo uma reforma política⁵.

5 Esta estratégia foi incentivada pelos desenvolvimentos vividos nos próprios países ibéricos. Em Espanha, em 1969, foi o próprio Franco quem definiu que o príncipe Juan Carlos seria o seu sucessor⁶. Por seu lado, em 1968, em Portugal, Oliveira Salazar era substituído por Marcelo Caetano, o que criou em Bona a expectativa de uma liberalização política. Os líderes alemães viam o regime português como muito mais repressivo e fechado, política, económica e socialmente. Esta leitura do Estado Novo fazia com que quaisquer oportunidades para uma liberalização interna fossem tidas como raras, sendo por isso de aproveitar e incentivar quaisquer indicações nesse sentido, por muito tímidas que fossem⁷.

6 As primeiras iniciativas de Caetano no poder pareciam, na realidade, corresponder às expectativas que sobre ele caíam. A nomeação de vários europeístas para o seu governo (ocupando cargos de secretários e sub-secretários de Estado), a autorização para o regresso de Mário Soares, deportado em S. Tomé há vários meses, e a convocação de eleições legislativas, às quais poderiam candidatar listas da oposição, refletiam a tónica reformadora que ficou conhecida como «primavera Marcelista»⁸.

7 Porém, as eleições de outubro de 1969 acabaram por se revelar o ponto de viragem relativamente às expectativas de liberalização marcelista. Não só o seu resultado não refletia qualquer abertura política, acabando por desiludir igualmente algumas alas da oposição democrática, que haviam acreditado na promessa de abertura política, como a partir daqui Caetano se revelou impossibilitado de prosseguir qualquer reforma de fundo no regime. Até ao final do Estado Novo, o Marcelismo foi endurecendo a sua política, anulando qualquer hipótese de abertura do Estado Novo, quer ao nível político, quer ao nível militar. Também ao nível externo, o desapontamento com o modo como se processaram as eleições e o seu resultado acabou por diminuir as expectativas que se tinham elevado⁹. No caso da social-democracia alemã, a consequência direta deste desapontamento foi a concentração nos elementos da oposição democrática portuguesa que estavam ideologicamente próximos: os socialistas portugueses da ASP, liderados por Mário Soares, sem que, no entanto, as relações luso-alemãs fossem afetadas¹⁰.

8 Nas eleições de 1969, a Ação Socialista Portuguesa tinha decidido concorrer em listas autónomas em Lisboa, Braga e Porto, com o nome de Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), como forma de assumir uma estratégia distinta da restante oposição e acima de tudo, tentar evitar que o Partido Comunista Português (PCP) surgisse como o principal elemento da oposição ao regime¹¹. Este reforço da posição da ASP no seio da restante oposição portuguesa beneficiou igualmente de dois movimentos paralelos: por um lado, o aumento do apoio e reconhecimento internacional, consequência direta dos esforços de Mário Soares, exilado em Paris desde o verão de 1970, junto dos principais partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental. Por outro lado, ao nível interno, pelo aumento da sua visibilidade, através da aquisição do jornal *República* e na divulgação das suas

atividades através das cooperativas culturais Coordenadas, no Porto, e Centro de Estudos e Desenvolvimento, em Lisboa. Estes passaram a ser instrumentos fundamentais para a divulgação do grupo socialista e para o aumento da sua base de apoio¹².

9 Retomando os contactos que haviam sido estabelecidos em meados da década de 1960 com o SPD e a Fundação Friedrich Ebert¹³, os socialistas portugueses, em particular Mário Soares, procuraram granjear o apoio político e financeiro para a ASP. Acompanhando os desenvolvimentos levados a cabo no interior, Mário Soares focou-se acima de tudo no contacto com o SPD e em pedir o apoio da Fundação Ebert para as cooperativas e para o jornal *República*. Pelo que se compreende da sua correspondência com Elke Esters, responsável da Fundação Ebert para Portugal, a FES apoiou ativamente as cooperativas, quer do Porto, quer de Lisboa, mas teve mais dificuldades em acompanhar o processo de aquisição e de manutenção do *República*¹⁴.

10 Uma outra dimensão muito importante para o reconhecimento internacional da ASP foi a sua admissão na Internacional Socialista (IS), o que aconteceu em 1972. Na realidade, a cooperação entre a ASP e a IS tinha-se intensificado desde as eleições de 1969 e reforçara-se no início da década de 1970, com a criação de um grupo de trabalho sobre Portugal. Em junho de 1972, a ASP foi então admitida como membro pleno da Internacional Socialista, o que representava um importante passo no sentido do seu reconhecimento internacional. Por sua vez, a entrada na IS forçou a transformação da Ação Socialista Portuguesa num partido político¹⁵.

11 O Partido Socialista Português (PS) foi fundado em 19 de abril de 1973, durante um congresso da ASP realizado na Academia da FES em Bad Münstereifel, sendo Mário Soares escolhido para secretário-geral do Partido. Contudo, o apoio político dado pela Social-Democracia alemã neste momento fundacional do PS foi, acima de tudo simbólico. De facto, os representantes alemães, Elke Esters (FES) e Hans-Eberhard Dingels (SPD), tiveram pouca ou nenhuma intervenção no Congresso, estando apenas presentes como observadores¹⁶.

12 Deste modo, no início da década de 1970 houve um interesse claro da parte dos social-democratas alemães em manterem o contacto com a oposição socialista portuguesa. Porém, o facto de depositarem em Marcelo Caetano algumas esperanças no sentido da liberalização do regime português fazia com que os líderes do SPD, cuja maioria desempenhava funções governativas, não se pudessem expor ao ter relações mais próximas e claras com a oposição socialista portuguesa. Assim, os contactos foram efetuados preferencialmente com a Fundação Friedrich Ebert, que estava livre dos constrangimentos decorrentes das funções governativas do SPD. Simultaneamente, este apoio foi amplamente explorado pelos socialistas portugueses, em particular por Mário Soares. De um modo geral, havia da parte dos alemães boa vontade, algum apoio financeiro, nomeadamente para as Cooperativas e para o próprio Mário Soares, e um acompanhamento atento, mas algo distante, da situação em Portugal¹⁷.

13 O agravamento da situação interna em Portugal, em particular no seio das Forças Armadas Portuguesas, contribuiu para uma intensificação do apoio concedido à oposição socialista portuguesa durante o primeiro trimestre de 1974. As notícias que Mário Soares fazia chegar à Fundação Ebert refletiam o cada vez maior isolamento do regime português, nomeadamente ao nível interno. Em janeiro de 1974, Mário Soares referia, pela primeira vez, o descontentamento dos militares, de todos os quadrantes políticos¹⁸. Depois das «pseudo-eleições» legislativas de 1973, tinham-se agravado as «contradições do Estado Novo», com o surgimento de uma nova vaga repressiva. «O facto novo» era que os militares, «descontentes com a marcha dos acontecimentos», começavam agora «a mexer-se muito e, cada vez mais, a pressionar politicamente o Governo»¹⁹.

14 Estas transformações contribuíram para que Soares recomendasse a Hans-

Enerhard Dingels, do Departamento de Relações Internacionais do SPD, que tivesse em atenção que a situação portuguesa tornava imperativo que se agisse «rapidamente» pois era quase certo que os acontecimentos estavam «prontos a precipitar-se». Eram cada vez mais claros «os conflitos internos no seio do sistema» e a decadência do governo de Marcelo Caetano. Este acumular de choques internos deixavam antever, segundo Mário Soares, «transformações políticas importantes». Daí que fosse tão premente o encontro entre o PS e os social-democratas alemães – era necessário saber, «de um lado e do outro, com o que podemos contar»²⁰.

15 Terão sido estes sérios avisos de Mário Soares, confirmados com a publicação do livro do General Spínola, *Portugal e o Futuro*, em fevereiro de 1974, que alarmaram os social-democratas alemães e que levaram a que intensificassem os seus contactos com os socialistas portugueses. Ainda assim, constrangidos pelos acontecimentos em Portugal, em particular após a demissão do general Francisco Costa Gomes, Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e do general António de Spínola, Vice-CEMGFA, e a consequente tentativa de golpe falhada a 16 de março, foi decidido que não haveria espaço para uma receção ao mais alto nível de uma delegação do PS pelo Partido Social-Democrata Alemão. A opção foi então colocar Mário Soares em contacto com um elemento do Departamento de Relações Internacionais do SPD, Veronika Isenberg. Através das suas conversas com Soares, cujos relatórios foram distribuídos pelos diferentes líderes do SPD e da FES, tornou-se claro que o dirigente socialista tinha informações pertinentes sobre o que se passava em Lisboa²¹.

16 A postura equilibrada e a proximidade de Soares com o grupo dos militares «em torno de Spínola» modificaram a importância que o SPD dava aos contactos com o Partido Socialista português. Assim se explica que a visita oficial do PS a Bona, várias vezes adiada, tenha sido marcada para apenas três semanas depois da última conversa entre Isenberg e o líder socialista português, entre os dias 23 e 25 de abril. Durante esta visita a delegação socialista²² foi recebida ao mais alto nível pelos dirigentes do SPD e da Fundação Friedrich Ebert, tendo-se encontrado informalmente com representantes dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros²³. Através do que lhes foi dito, foi possível aos alemães comprovarem que os socialistas portugueses estavam bem informados acerca da situação interna portuguesa e que se revelavam políticos realistas e moderados²⁴. Porém, a resposta obtida era sempre a mesma: «Portugal só se poderia libertar da ditadura após a morte de Franco», sendo que todas as fontes dos serviços secretos, não só alemães mas dos restantes aliados da NATO, garantiam “que a ditadura portuguesa está de pedra e cal e para durar”²⁵.

17 Contudo, aquele que seria o momento mais importante da visita de Soares a Bona acabou por não se concretizar. Para o dia 25 de abril estava finalmente agendado um encontro com o chanceler Federal e presidente do SPD, Willy Brandt, que teria tido uma importante repercussão internacional, acima de tudo para o reforço do reconhecimento do PS como um partido apoiado por um dos mais influentes partidos social-democratas europeus. Mas Mário Soares não hesitou em partir para Portugal, assim que soube que estava em curso um golpe de estado.

«Regando os Cravos»: a social-democracia alemã e o pós-25 de abril de 1974

18 Do que atrás foi dito, podemos distinguir entre a atuação da Fundação Ebert, mais próxima dos socialistas portugueses, e a atividade do Partido Social-Democrata Alemão, mais constrangido no apoio à oposição portuguesa pelas responsabilidades

governamentais de grande parte dos seus dirigentes. A revolução de 25 de abril de 1974 veio esbater esta distinção. Torna-se necessário acrescentar a estes dois níveis de atuação social-democrata em Portugal um terceiro elemento: o governo federal, em particular a Chancelaria Federal, ocupada, desde maio de 1974, pelo social-democrata Helmut Schmidt. As iniciativas levadas a cabo pelo chanceler Schmidt, apelando, a um apoio internacional e ao mais alto nível para as forças moderadas portuguesas e, em particular, a Mário Soares, tornaram-se um complemento determinante para toda a estratégia de auxílio à democratização portuguesa. Porém, como demonstraremos mais à frente, este apoio governamental apenas era despoletado por pressões partidárias ou vindas da própria FES, pelo que os elementos centrais da estratégia de apoio à democratização portuguesa são o SPD e a Fundação Ebert²⁶.

19 De um modo geral, a atuação social-democrata alemã durante os primeiros meses da transição portuguesa pautou-se por uma concentração na organização do Partido Socialista de modo a prepará-lo o melhor possível para a democracia. Esta atenção refletiu-se em dois níveis de atuação: por um lado, a atividade da Fundação Ebert, que estava reservada à atuação no terreno, ao nível prático, sendo responsável pelo desenvolvimento de projetos conjuntos (como o apoio à cooperativa «Coordenadas») e pelo envio de especialistas técnicos, que tinham como funções a preparação e o desenvolvimento da estrutura nacional e local do Partido Socialista²⁷. Percebe-se assim que a principal função da Fundação Ebert era o desenvolvimento de projetos concretos com parceiros bem definidos e que tinham como principal objetivo a organização do Partido Socialista, quer do ponto de vista estrutural, preparando os futuros quadros políticos do partido, quer ao nível da aquisição do equipamento e material de escritório mais básico. Ao mesmo tempo, logo a partir dos primeiros dias após a revolução, a FES tinha constantemente representantes em Lisboa, que estavam muito próximos dos socialistas portugueses e que funcionavam, simultaneamente, como pontos de contacto para as autoridades alemãs, quer governamentais quer partidárias²⁸.

20 Por outro lado, o Partido Social-Democrata era o responsável pelo apoio político, em particular no que dizia respeito à demonstração da solidariedade social-democrata com o PS, quer para consumo em Portugal (para que os socialistas fortalecessem a sua posição internamente e se revelassem como o partido que contava com o apoio da Europa), como internacional. Esta solidariedade era transmitida através de visitas frequentes de distintas personalidades do SPD, que participavam em comícios e conferências de imprensa²⁹. Ainda dentro desta perspetiva política, havia a preocupação com a clarificação ideológica do PS, em particular realçando a necessidade deste se distanciar do Partido Comunista português e afastar de vez a ideia de uma possível frente popular em Portugal. Aqui é claramente visível a postura mais ideológica do SPD, concentrando-se numa posição de solidariedade política e moral, contribuindo em muito para a ascensão do PS ao nível europeu, mas também a preocupação com a estratégia política de distinção dos socialistas relativamente ao Partido Comunista português, pugnando para que os seus próprios objetivos (acima de tudo, de evitar uma tomada de poder comunista em Portugal) fossem bem-sucedidos³⁰. É nesta dimensão que o contexto internacional da Guerra Fria se fez sentir mais, em particular na preocupação constante de evitar uma ascensão política do PCP em Portugal. O possível contágio a Espanha e a desestabilização de toda a situação na Europa Ocidental era um dos principais receios da social-democracia alemã e condicionou toda a sua atuação em Portugal.

21 Ao nível governamental, Bona decidiu que a sua posição perante a transição para a democracia portuguesa seria baseada essencialmente na «manutenção e fortalecimento do apoio às forças democráticas» em Portugal, o que estava já a ser feito pelas «autoridades informais (partidos e fundações)». Estes contactos deveriam

mesmo ser «melhorados e aprofundados», mas era «desaconselhável» a passagem dos mesmos para o nível oficial. Ou seja, a posição do governo alemão era de não interferência direta na democratização portuguesa, deixando isso para o nível informal de atuação, nomeadamente aproveitando os contactos que estavam já a ser desenvolvidos pelos partidos políticos alemães. Uma vez que eram o SPD e a própria Fundação Ebert os únicos a ter representantes permanentemente em Portugal, esta estratégia implicava dar ampla margem de manobra a estes atores³¹.

22 Após a demissão do General Spínola da Presidência da República a 30 de setembro de 1974, iniciou-se uma nova fase da transição democrática em Portugal, com uma forte radicalização política, que se iria estender até 25 de novembro de 1975. Nesta fase, verificou-se uma clara interligação entre a atuação governamental e não governamental da social-democracia alemã. Os acontecimentos do final de setembro de 1974 constituíram, para a social-democracia alemã, a primeira prova de força do PCP e da Intersindical, como aqueles que realmente tinham o controlo das ruas e capacidade de mobilização, acentuando por isso a necessidade de fortalecimento do Partido Socialista³².

23 A reação imediata da social-democracia alemã a esta nova fase da transição portuguesa é a visita de Willy Brandt a Lisboa, em meados de outubro de 1974. Apesar de esta ser uma visita com uma indiscutível motivação partidária, pois o ex-chanceler alemão vinha como convidado do PS, revelou-se na verdade na ocasião ideal para uma observação *in loco* da realidade portuguesa que serviu também ao governo federal. Aliás, o próprio Brandt era portador de uma mensagem do ministro dos Negócios Estrangeiros federal para o governo português e falou sempre em nome do SPD e da Alemanha Federal³³. Esta visita de Willy Brandt constituiu um dos momentos de viragem do empenho alemão em Portugal. Não só porque representava um apoio claro e ao mais alto nível ao Partido Socialista, como também permitiu obter uma avaliação concreta da realidade portuguesa, através dos contactos diretos do ex-chanceler com as principais figuras políticas portuguesas. A interligação entre os elementos formais e informais da diplomacia alemã era ampla e abrangente, com a dimensão informal, partidária, a tomar um papel decisivo e destacado na apreciação da realidade portuguesa. Por isso mesmo, a deslocação de Willy Brandt a Lisboa representou mais do que uma simples visita de apoio partidário³⁴.

24 Também ao nível internacional a saída do general Spínola fez soar as campainhas de alarme, em particular em Washington. De facto, se, até esta altura, os americanos se tinham posicionado algo distantes dos acontecimentos em Portugal, pautando-se acima de tudo por uma atitude de desconfiança relativamente à presença de comunistas num governo de um país da NATO, com a saída do general Spínola e o crescente poder das forças de esquerda, Washington sentiu-se forçada a agir³⁵. O reflexo mais imediato desta reação deu-se na NATO, com uma tentativa por parte dos EUA de expulsarem Portugal do Grupo de Planeamento Nuclear (NPG) da Aliança Atlântica. Nesta ocasião, foram convocados os meios de atuação governamental de Bona. O governo federal adotou então um posicionamento muito claro relativamente à presença portuguesa nas reuniões do NPG, optando contrariar a posição dos EUA e restantes aliados atlânticos, preferindo antes que se realizassem reuniões inócuas do que tomar uma posição de força contra Portugal, desenvolvendo para tal uma intensa atividade diplomática³⁶.

25 O final do ano de 1974 foi de relativa acalmia no panorama político português, sendo que voltou a haver uma concentração da social-democracia alemã maioritariamente na dimensão partidária, não governamental, nomeadamente na realização do I Congresso do PS na legalidade. Os principais objetivos dos social-democratas alemães para este congresso foram coincidentes com os resultados do congresso, nomeadamente com a definição de uma separação clara relativamente ao Partido Comunista e o reforço da liderança de Mário Soares. Neste congresso, apesar de algumas tensões internas, a lista de Mário Soares obteve uma vitória indiscutível,

obtendo assim o inegável apoio dos delegados socialistas a uma candidatura em nome próprio do PS às eleições para a Assembleia Constituinte. Esta definição ideológica seria ainda reforçada na sequência da discussão pública em torno da lei da unidade/unicidade sindical, vivida intensamente em janeiro de 1975³⁷.

26 A tentativa de golpe do general Spínola de 11 de março de 1975 marcou o princípio do momento-chave da atuação da social-democracia em Portugal, que se prolongará até à tomada de posse do VI governo provisório, em setembro de 1975. Este período conheceu duas fases distintas, com dois objetivos diferentes: até às eleições de 25 de abril de 1975, a principal preocupação alemã é a realização de eleições livres e democráticas; a partir do 1.º de maio e até à nomeação do VI Governo Provisório, ou seja, durante o chamado «verão quente», a principal preocupação é o reconhecimento dos resultados eleitorais e a nomeação de um governo que refletisse esses resultados³⁸.

27 A crise política portuguesa que se iniciou com o golpe falhado de 11 de março criou na social-democracia alemã o receio de que o processo de democratização estivesse fatalmente ameaçado. Mais uma vez despoletada pelos canais informais, que permitiam um contacto direto com os socialistas portugueses, a social-democracia alemã convocou os poderes formais, nomeadamente o próprio chanceler Helmut Schmidt, para uma ofensiva diplomática que procurasse garantir a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, que estavam em risco por causa da aceleração do ritmo revolucionário português. Esta ofensiva atuou ao nível bilateral e multilateral, procurando Schmidt o apoio dos aliados para uma tomada de posição firme na defesa da democratização portuguesa. Por um lado, ao nível bilateral, Schmidt contactou as autoridades portuguesas, condicionando, pela primeira vez, a concessão de apoio económico e financeiro à realização de eleições livres e transparentes, que permitissem o estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal³⁹. Ao nível multilateral, o governo alemão esforçou-se também para que os seus aliados ocidentais, europeus e americanos, o acompanhassem na leitura da realidade portuguesa, estando disposto a convocar o embaixador soviético, a enfrentar os Estados Unidos e a apelar a uma tomada de posição comum da CEE, tudo para evitar que, como Mário Soares avisara, fosse levado a cabo um golpe como o de Praga em 1948⁴⁰.

28 A marcação das eleições para 25 de abril de 1975, ou seja, a obtenção dos objetivos desejados, permitiu o retorno da social-democracia alemã à dimensão estritamente não governamental, da solidariedade partidária, nomeadamente com a concentração na preparação da campanha eleitoral do PS. Mais uma vez, nesta questão prática, a Fundação Ebert volta a ter o papel destacado, pelo envio de uma equipa de especialistas eleitorais para acompanhar a campanha do PS⁴¹. Contudo, a FES, através de um instituto marginal, mas com ligações à social-democracia alemã, envia também um técnico para acompanhar e aconselhar a campanha do Partido Popular Democrata (PPD), se bem que este tem um papel mais discreto e distante do que aqueles que trabalhavam com o PS⁴². Esta atitude revela acima de tudo a importância dada pela social-democracia alemã de que os dois principais partidos pró-democráticos portugueses obtivessem uma maioria eleitoral, de modo a tornar incontornável a democratização em Portugal. Os resultados eleitorais, em que o PS e o PPD obtiveram uma destacada posição de liderança, comprovaram o sucesso da estratégia social-democrata⁴³.

29 Contudo, apesar de indiscutíveis, os resultados eleitorais não teriam qualquer consequência prática devido a assinatura do Pacto MFA-Partidos. Pelo contrário, o que se assistiu foi ao crescente antagonismo entre as forças moderadas, em particular do PS, como vencedor claro das eleições e alguns setores do MFA, e as forças revolucionárias, entre elas o PCP e os elementos de extrema-esquerda das Forças Armadas. Por exemplo, os acontecimentos do 1º de maio de 1975, o caso *República*, que refletia a tentativa de controlo total dos meios de comunicação pela esquerda

comunista, ou a conseqüente demissão dos ministros do PS e do PPD do governo, em julho de 1975 revelavam o agravamento da situação interna portuguesa⁴⁴. Perante isto, assistimos novamente a uma intensificação da interligação entre a dimensão governamental e não governamental da social-democracia alemã. Passou a haver uma maior atenção aos elementos do MFA, quer da parte do governo federal, quer da parte do SPD. Na verdade, há um esforço para estreitar os contactos com os principais elementos do Movimento e uma visita a Bona, a convite do governo federal, implicava sempre uma passagem pela sede da FES ou um encontro com Willy Brandt. O mesmo se passa com os contactos partidários, com os socialistas a terem sempre encontros com representantes do governo federal, ou os social-democratas alemães que visitavam Portugal, a transmitirem mensagens do governo⁴⁵.

30 Porém, foi ao nível internacional que a atividade da social-democracia alemã se revelou mais visível. Dá-se aqui o desenvolvimento de uma intensa ofensiva diplomática, com Helmut Schmidt e Willy Brandt a serem fundamentais para mobilizar os seus parceiros europeus, captar o apoio dos Estados Unidos e mesmo influenciar a posição da União Soviética no sentido de esta moderar o comportamento do PCP⁴⁶. As tomadas de posição dos países ocidentais durante a Cimeira de Helsínquia, no final de julho de 1975, são apenas um exemplo do esforço de concertação levado a cabo pelos social-democratas alemães⁴⁷. Contudo, e não tendo obtido ainda os resultados desejados, deu-se o reforço da dimensão informal, com a criação do «Comité de Apoio e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal», que congregava os principais líderes social-democratas da Internacional Socialista e era presidido por Willy Brandt. O Comité de Apoio a Portugal representou uma ofensiva de apoio incondicional ao PS, funcionando também para pressionar os atores formais, quer dos países europeus, como das instituições comunitárias e das duas superpotências⁴⁸.

31 Simultaneamente, ao nível interno, a situação portuguesa conheceu alguns desenvolvimentos que acabaram por ser determinantes para o princípio da resolução da situação portuguesa, no final de agosto de 1975, se bem que o seu impacto teria certamente sido menor se não existisse esta ampla frente de apoio internacional às forças moderadas. Depois de apresentado o Documento dos Nove, em 7 de agosto de 1975, que assumia a existência de uma ala moderada no MFA, representada por Melo Antunes, Vasco Lourenço e Vítor Alves, entre outros, estavam criadas as condições para uma evolução distinta da realidade política portuguesa. A cisão no MFA que os moderados provocam foi amplamente explorada pelo Partido Socialista. Estando já garantido o apoio unânime da Europa Ocidental, dado pela criação do Comité, o PS começava agora a pedir o afastamento de Vasco Gonçalves e a queda do executivo. Quando isto aconteceu, na sequência da Assembleia do MFA de setembro de 1975, em Tancos, estavam definitivamente criadas as condições indispensáveis para o estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal.

Conclusão

32 Os contactos entre os socialistas portugueses e a social-democracia alemã, quer fosse a Fundação Ebert ou o SPD, foram estabelecidos em meados da década de 1960, mas apenas após 1970, com o exílio de Mário Soares e conseqüente comprovação do malogro das esperanças depositadas na «primavera Marcelista», estes contactos se tornaram conseqüentes. A admissão da ASP à Internacional Socialista em 1972, a fundação do Partido Socialista Português numa Academia da Fundação Friedrich Ebert perto de Bona um ano mais tarde e a presença de Mário Soares na capital alemã a 25 de abril de 1974 são exemplos que demonstram a intensificação das relações entre os socialistas portugueses e os social-democratas

alemães. Todos estes episódios, que foram acompanhados pelo contacto constante com Mário Soares e outros socialistas portugueses, refletem o crescente interesse alemão na criação de uma oposição socialista forte que pudesse desempenhar um papel importante num cenário de transição política. Contudo, tal como as reações às informações transmitidas por Mário Soares em 24 de abril de 1974, em Bona, demonstram, ninguém na RFA esperava que o derrube da mais longa ditadura da Europa Ocidental ocorresse tão rapidamente.

33 Quando se deu o golpe de 25 de abril de 1974, foi a social-democracia alemã que detinha os instrumentos e os contactos com a oposição portuguesa. Esta situação permitia-lhe enfrentar, de forma destacada, a instabilidade política que se adivinhava no processo de transição política portuguesa. Através da presença constante em Portugal de representantes da Fundação Ebert, foi possível a definição de uma estratégia de compromisso com os socialistas portugueses com vista ao estabelecimento de uma democracia pluralista. Com a evolução da situação política, assistimos a uma diversificação das atividades de fomento à democratização portuguesa da social-democracia alemã. Por um lado, o apoio à organização e crescimento do Partido Socialista constituía um objetivo central, de modo a que este se pudesse tornar o partido dominante na cena política portuguesa. Tal foi feito através da FES, no que diz respeito à estruturação e equipamento do partido, mas também pelo SPD, através de uma orientação ideológica e do apoio moral e político concedido. Ao mesmo tempo, a social-democracia alemã não hesitou em convocar as mais altas instâncias para o apoio às forças moderadas portuguesas, levando a cabo várias iniciativas internacionais. Os mais claros exemplos disso são o encontro de Willy Brandt na União Soviética ou a criação do «Comité de Apoio a Portugal». Estas atividades internacionais asseguraram às forças moderadas portuguesas o apoio da Europa Ocidental na luta pelo estabelecimento de uma democracia parlamentar pluralista, o que veio a acontecer efetivamente durante o primeiro semestre de 1976.

Notas

1 Das principais obras publicadas destacam-se Sá, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos da América e a Democratização Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2009; Del Pero, Mário; Victor Gavin; Fernando Guirao e Antonio Varsori, *Democrazie. L'Europa meridionale e la fine delle Dittature*, Milão, Mondadori Education, 2010; Muñoz Sánchez, António, *El Amigo Alemán. El SPD y el PSOE dela dictadura a la democracia*, Barcelona, RBA, 2012.

2 Para o apoio da RFA a Espanha, ver Ashmann, Brigitte, «The Reliable Ally: Germany Supports Spain's European Integration Efforts», *Journal of European Integration History*, 7 (1), 2001, pp. 37-51. Sobre Portugal, Fonseca, Ana Mónica, *A Força das Armas: o apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1969)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2007.

3 Para uma análise detalhada desta ideia ver Muñoz Sánchez, *El Amigo Alemán.....*

4 Niedhart, Gottfried, «Ostpolitik: Phases, Short Term objectives and Grand Design», *German Historical Institute Bulletin Supplement: American Détente and German Ostpolitik, 1969-1972*, 1, 2003, p. 130.

5 Lopes, Rui, *Between Cold War and Colonial Wars: the Making of West German Policy towards the Portuguese dictatorship (1969-1974)*. Dissertação de Doutoramento em História Internacional, London School of Economics and Political Science, 2011.

6 Muñoz Sánchez, António, «Cambio mediante acercamiento. La socialdemocracia alemana y el régimen de Franco, 1962-1975», em Jürgen Elvert & Sylvain Schirmann (eds.), *Zeiten im Wandel. Deutschland im Europa des 20. Jahrhundert. Kontinuität, Entwicklungen und Brüche*, Cuadernos de Yuste (5), Bruxelas, P. I. E. Peter Lang, 2007, pp. 119-140.

7 Fonseca, Ana Mónica, «Dez Anos de Relações Luso-Alemãs, 1958-1968», *Relações Internacionais*, 11, 2006, pp. 47-60.

8 Ver Rosas, Fernando, *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Final do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, especialmente p. 16.

9 Rosas, Fernando, «Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)», in Fernando Rosas,

História de Portugal. Vol. VII. O Estado Novo (1926-1974), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 545-558.

10 Fonseca, Ana Monica, *É Preciso Regar os Cravos! A Social-Democracia Alemã e a Transição democrática portuguesa (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, 2011, pp. 53-78.

11 Martins, Susana, «A Fundação do Partido Socialista em 1973», in Vitalino Canas (org.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editores, 2005, p. 30 e Rosas, Fernando, «O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo», in José Maria Brandão de Brito (dir.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 42.

12 Martins, Susana, *Os Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras, 2005, pp. 111-112; Fonseca, «É Preciso Regar os Cravos!»..., pp. 69-71.

13 Os primeiros contactos entre a ASP e a FES datam de 1966, quando é enviada uma missão de observação da Fundação a Lisboa, para avaliar o estado da oposição socialista ao Estado Novo. Apesar de ser recomendado o estabelecimento de contactos estáveis e próximos entre a FES e a ASP, pouco foi feito nesse sentido. Para uma descrição detalhada das iniciativas socialistas junto dos social-democratas alemães, ver Fonseca, «É Preciso Regar os Cravos!»..., pp. 62-69.

14 Correspondência trocada entre Mário Soares e Elke Esters, responsável da FES para Portugal, 1970-1972, Fundação Mário Soares (doravante FMS), Arquivo Mário Soares (AMS), pasta 00665.001, imagens 39-52 e 71-77.

15 Reis, António, «O Partido Socialista na Revolução. Da via portuguesa para o Socialismo à defesa da democracia pluralista», Vitalino Canas (Ed.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras: Celta Editora, 2005, p. 53.

16 Segundo o antigo responsável pelo Departamento Internacional do PS, Rui Mateus, a Fundação Ebert pagou as viagens e o alojamento dos participantes, mas não teve qualquer interferência direta nos trabalhos. Mateus, Rui, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido*. Lisboa, D. Quixote, 1996, pp. 42-44; Lopes, *Between Cold War and Colonial Wars...*, p. 228.

17 Fonseca, «É Preciso Regar os Cravos!»..., p. 77.

18 Tinha havido, nos últimos dias de 1973, uma tentativa de golpe militar da ultra-direita, liderada pelo general Kaúlza de Arriaga, onde pautavam também os generais Luz Cunha e Silvino Silvério Marques. Kaúlza de Arriaga tentou usar o ainda incipiente Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA) para provocar uma queda do governo de Caetano, de modo a poder prosseguir a sua visão para a questão colonial. O MOFA tinha-se formado há alguns meses atrás como forma de protesto contra a publicação de legislação pelo governo sobre as carreiras militares. O episódio da «Kaúlzada» é detalhadamente descrito em Rodrigues, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 204-209.

19 Carta de Mário Soares para Elke Esters, 16/01/1974 – FMS, AMS, pasta 00665.001, imagem 100-102.

20 Carta de Mário Soares para Hans-Eberhard Dingels, 31/01/1974 – FMS, AMS, pasta 04640.010, imagem 4.

21 A primeira destas conversas, em 2 de abril de 1974, decorreu ainda num tom formal – o nome do socialista português é ainda redigido «Soarez», erro que não se voltará a repetir a partir desta data. Entrevista de Veronika Isenberg a Mário Soares, 02/04/1974 – Archiv der sozial Demokratie (AdsD), Nachlass Bruno Friedrich (NBF), 1/BFAA001535.

22 Para além de Mário Soares e da sua mulher, Maria Barroso, estiveram em Bona também Tito de Morais e Ramos da Costa.

23 Avillez, Maria João, *Soares. Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996, p. 263.

24 Relato das conversas de Mário Soares com a Direção do SPD elaborado por Veronika Isenberg, 28/04/1974 – Politische Archiv der Auswärtiges Amt (PAAA), 101437.

25 Tal como o próprio descreve na sua mais recente autobiografia. Ver Soares, Mário, *Um Político Assume-se*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, pp. 168-169.

26 Fonseca, «É Preciso Regar os Cravos!»...

27 Relatório da visita de Elke Esters e Winifried Böll a Lisboa entre 8 e 11 de maio de 1974, 14/05/1974 – AdsD, 1/BFAA001537.

28 Mühlen, Patrick von zur, *Die internationale Arbeit der Friedrich Ebert Stiftung. Von den Anfängen bis zum Ende des Ost-West-Konflikts*, Bona, Dietz Verlag, 2007, pp. 204-208.

29 Por exemplo, estiveram em Lisboa Günther Wehrmeyer, diretor da *Sozialistischen Bildungsgemeinschaften* (SBG), em julho de 1974, e Bruno Friedrich, deputado e figura destacada do SPD, de 29 de julho a 2 de agosto de 1974. AdsD, NBF, 1/BFAA001535.

30 Este foi um dos objetivos nas conversas que Bruno Friedrich teve com os socialistas

portugueses durante a sua visita em finais de julho de 1974. Ver Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»..., pp. 148-151.

31 Relatório sobre as relações com Portugal do Departamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, 15/06/1974 – PAAA, 101436.

32 A análise da reação da social-democracia alemã aos eventos de setembro e início de outubro de 1974 está feita em Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»..., pp. 158-166.

33 Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Hans-Dietrich Genscher, para Willy Brandt, 16/10/1974 – *Politisches Archiv von Auswärtigen Amt* (PAAA), 101437; Comunicado final conjunto por ocasião da visita de Willy Brandt a Portugal de 19 a 21 de outubro de 1974, 21/10/1974 – *Archiv der sozial Demokratie* (AdsD), SPD-PV, 11484.

34 Todos os preparativos para a visita, os contactos de Willy Brandt em Portugal, bem como as suas declarações à imprensa estão detalhadamente analisados em Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»..., pp. 181-193.

35 Sá, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2009.

36 A solução para esta questão acabou por ser muito discreta, tendo sido o próprio governo português quem decidiu retirar-se do Grupo de Planeamento Nuclear. Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»..., pp. 196-198. Ver também Oliveira, Pedro, «O Flanco Sul sob tensão. A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975», *Relações Internacionais*, 21, 2009, p. 66.

37 Reis, António, «O Partido Socialista na Revolução. Da via portuguesa para o Socialismo à defesa da democracia pluralista» em Vitalino Canas (ed.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora, 2005, p. 72.

38 Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»...

39 Esta intenção foi claramente expressa ao Primeiro-Ministro português Vasco Gonçalves pelo Embaixador alemão em Lisboa, Fritz Caspari. Telegrama da Embaixada da RFA em Lisboa, 18/04/1975 – PAAA, 110242.

40 Apontamento de Munz sobre a situação em Portugal, 22/03/1975 – *Akten der Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland* (AABRD), 1975, doc. 55, pp. 282-284.

41 Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*», pp. 234-238.

42 O apoio ao PPD foi feito através de um enviado do *Institut für Internationale Begegnungen* (Instituto de Relações Internacionais), Richard Sahrholz. Ver Relatório sobre a Campanha eleitoral e as eleições em Portugal (Richard Sahrholz), 05/05/1975 – Bundesarchiv-Koblenz (BA-K), 136, 17527.

43 O PS obteve 37,8%, o PPD 26,7% e o Partido Comunista apenas 12,4%. Ver Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt/cne2005/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar> (consultado a 29/08/2012).

44 Rezola, Maria Inácia, *25 de abril – Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

45 É por exemplo o caso da visita de Melo Antunes, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, em maio de 1975 ou do Almirante Rosa Coutinho a Bona no final do mês seguinte. Ver Fonseca, «*É Preciso Regar os Cravos!*»..., pp. 255-258 e 271.

46 Foi Willy Brandt quem transmitiu a posição alemã a Leonid Brejnev, servindo ainda de intermediário de uma mensagem de Mário Soares para o líder soviético. Carta de Willy Brandt a Mário Soares, 25/07/1975 – AdsD, WBA, A11.15, 18. Ver também Conversa de Brandt com Brejnev, 09/07/1975 – AdsD, WBA, A9, 33.

47 A título de exemplo, ver Encontro governamental anglo-alemão, 24/07/1975 – AAPBRD, 1975, doc. 220, pp. 1014-1021 e Consultação franco-alemã, 29/07/1975 – AAPBRD, 1975, doc. 228, pp. 1064-1069. Para os principais elementos das conversas de Costa Gomes em Helsínquia, cf. Rodrigues, Luís Nuno, *Costa Gomes*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, pp. 266-273. Para o relato dos encontros de Schmidt com o Presidente Costa Gomes, ver Memorando de Conversação entre o Chanceler e o Presidente Português, Costa Gomes, 01/08/1975 – AdsD, Helmut Schmidt Archiv (HSA), 1/HSA006605.

48 Apontamento sobre a reunião dos líderes de Partido e de Governo da Internacional Socialista em Estocolmo, 15/08/1975 – AdsD, HSA, 1/HSAA006657.

Para citar este artigo

Referência do documento impresso

Ana Mónica Fonseca, « O apoio da social-democracia alemã a democratização portuguesa (1974-1975) », *Ler História*, 63 | 2012, 93-107.

Referência eletrónica

Ana Mónica Fonseca, « O apoio da social-democracia alemã a democratização portuguesa (1974-1975) », *Ler História* [Online], 63 | 2012, posto online no dia 09 Abril 2015, consultado no dia 03 Agosto 2017. URL : <http://lerhistoria.revues.org/377> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.377

Autor

Ana Mónica Fonseca

ana_monica_fonseca@iscte.pt

Professora convidada do Departamento de História do ISCTE-IUL e investigadora do CEHC, ISCTE-IUL e do IPRI-UNL. As suas áreas de investigação são as relações luso-alemãs durante a Guerra Fria, a social-democracia europeia e a promoção da democracia.

Artigos do mesmo autor

Apresentação [Texto integral]

Publicado em *Ler História*, 63 | 2012

Direitos de autor



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.